

Comissão do Mercado de Capitais

Demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2010

Comissão do Mercado de Capitais

Demonstrações financeiras - 31 de Dezembro de 2010

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente

Balanço

Demonstrações de Resultados

Notas às Contas

Relatório do Auditor Independente

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Comissão do Mercado de Capitais, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 147.643.388 Kwanzas e um total de capital próprio de 18.424.486 Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 8.171.791 Kwanzas), a Demonstração dos Resultados por Naturezas relativa ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

Identificamos determinados factos relacionados com a tributação de remunerações que necessitam de clarificação e orientações da tutela (Ministério das Finanças), não sendo assim possível determinar em que medida poderão afectar, ou não, os capitais próprios e os resultados apresentados nas demonstrações financeiras anexas.

Opinião

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita no parágrafo das Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da Comissão do Mercado de Capitais, em 31 de Dezembro de 2010, e o seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto dos valores relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, não serem comparáveis com as quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, devido às matérias divulgadas na nota 2.1 das Notas às contas. Neste contexto, salientamos também que as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não foram objecto de auditoria, sendo que os saldos apresentados para efeitos comparativos foram por nós examinados apenas na extensão necessária para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Luanda, 15 de Junho de 2011



Ernst & Young Angola, Lda.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2010

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

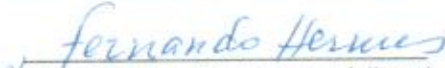
(Valores Expressos em Kwanzas)

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2010	2009
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Imobilizações Corpóreas	4	45.578.113	53.505.296
Imobilizações Incorpóreas		-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas		-	-
Outros Activos Financeiros		-	-
Outros Activos não Correntes		-	-
		45.578.113	53.505.296
ACTIVO CORRENTE			
Existências		-	-
Contas a Receber	9	94.127.392	-
Disponibilidades		-	-
Outros Activos Correntes		7.937.884	-
		102.065.275	-
TOTAL DO ACTIVO		147.643.388	53.505.296
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Patrimonial	12	48.818.623	53.505.296
Reservas		-	-
Resultados Transitados	14	(22.222.346)	-
Resultados do Exercício		(8.171.791)	-
		18.424.486	53.505.296
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos de Médio e Longo Prazos		-	-
Impostos Diferidos		-	-
Provisões para Pensões		-	-
Provisões para Outros Riscos e Encargos	18	874.501	-
Outros Passivos não Correntes		-	-
		874.501	-
PASSIVO CORRENTE			
Contas a Pagar	19	94.127.392	-
Empréstimos de Curto Prazo		-	-
Outros Passivos Correntes	21	34.217.009	-
		128.344.401	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		147.643.388	53.505.296

O Director Administrativo e Financeiro


(Hélder Cristelo)

Comissão de Reestruturação e Gestão
da Comissão do Mercado de Capitais


p (Mário Gavião – Coordenador Adjunto)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores Expressos em Kwanzas)

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2010	2009
Vendas			
Prestação de Serviços			
Outros Proveitos Operacionais	24	629.205.608	603.932.498
		629.205.608	603.932.498
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias-Primas e Subs. Consumidas			
Custos com o Pessoal	28	294.497.381	300.262.772
Amortizações	29	11.521.017	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	30	329.109.736	303.669.726
		635.128.133	603.932.498
Resultados Operacionais		(5.922.525)	(0)
Resultados Financeiros			
Resultados não Operacionais	33	(2.249.266)	-
Resultados Extraordinários		-	-
Resultados Antes de Impostos		(8.171.791)	(0)
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultados Líquidos do Exercício		(8.171.791)	(0)

O Director Administrativo e Financeiro


(Hélder Cristelo)

Comissão de Reestruturação e Gestão
da Comissão do Mercado de Capitais


(Mário Gavião – Coordenador Adjunto)

1 ACTIVIDADE

A Comissão do Mercado de Capitais, designada abreviadamente por CMC, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e de património próprio, sujeita à tutela do Ministério das Finanças.

A CMC tem a sua sede na Rua Alfredo Trony, n.º 2 - 10, 11.º Andar, em Luanda, com o número de identificação de Outras Pessoas Colectivas de Direito Público 7403008227.

A CMC foi criada pelo decreto n.º 9/05, do Conselho de Ministros, publicado a 18 de Março, regendo-se pela Lei dos Valores dos Valores Mobiliários, Estatuto Orgânico, bem como pelo seu Regulamento Interno.

No que respeita ao seu regime financeiro o artigo 31º estabelece que:

"1 - Com excepção do disposto no número seguinte a gestão financeira da CMC rege-se exclusivamente pelo regime jurídico das entidades que revistam natureza e forma jurídica de Sociedade Anónima de Capitais Públicos, em tudo o que não for especialmente regulado pelo presente diploma e no regulamento interno da CMC;

2 - O orçamento da CMC é elaborado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade e constará do Orçamento Geral do Estado;

3 - A gestão patrimonial e financeira da CMC rege-se segundo princípios de direito privado não lhe sendo aplicável o regime geral dos fundos e serviços autónomos;

4- O património inicial da CMC é constituído pelos bens afectos aos seus serviços por despacho do Ministério das Finanças.

5 - Integram o património da CMC todos os demais valores que tenha direito ou venha a adquirir nos termos do presente diploma;

6 - A contabilidade da CMC é elaborada de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial, não lhe sendo aplicável o regime de contabilidade pública."

Dada a inclusão do orçamento da CMC no Orçamento Geral do Estado, no âmbito da Lei n.º 9/97, de 17 de Outubro (Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado), a prestação de contas leva em consideração as obrigações relativas ao controlo do orçamento de acordo com a Lei-quadro do OGE.

A actividade da CMC consiste, nos termos e dentro dos limites estabelecidos no decreto n.º 9/05, de 18 de Março, na regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Estimular a formação da poupança e a sua aplicação em valores mobiliários;
- b) Promover a organização e funcionamento regular e eficiente do mercado de capitais;

- c) Assegurar a transparência do mercado de capitais e das transacções que nele se efectuam;
- d) Assegurar aos investidores e intermediários financeiros em geral uma informação suficiente, verídica, objectiva, clara, acessível e atempada sobre os valores mobiliários, as entidades que os emitem e as transacções que são efectuadas.

Estando em curso a organização do mercado de capitais em Angola, a CMC ainda não dispõe de receitas próprias sendo a totalidade das suas receitas provenientes do OGE.

2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

2.1 Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, anexas, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC) em vigor no País, respeitando as características da relevância e fiabilidade, na base da continuidade e do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, não são comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Efectivamente, desde que a CMC adoptou a contabilidade patrimonial (31 de Dezembro de 2006), em virtude da especificidade do regime e operações da CMC, a extensão e âmbito de aplicação do Plano Geral de Contabilidade no contexto da prestação de contas da Instituição foi alvo de diferentes interpretações.

Para a prestação de contas relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro e 2010, após um trabalho profundo de análise, concluiu-se que deveriam ser reconhecidos os ajustamentos, correcções e divulgações necessários para dar cumprimento, em todos os aspectos relevantes, a uma estrutura de relato financeiro identificável, que neste caso corresponde ao PGC, tendo-se reconhecido que este normativo contempla um quadro de soluções de divulgação suficientemente abrangente para acomodar as necessidades de relato da execução orçamental da instituição, sem necessidade de subordinar a contabilidade patrimonial aos princípios da contabilidade orçamental que motivaram, em exercícios anteriores, a existência de resultados nulos e que, em larga medida, seguiam uma base de caixa e não uma base de acréscimo como exigido pelo PGC.

De entre as alterações com impactos mais relevantes destacam-se as seguintes:

- a) O fundo patrimonial deixou de representar o valor líquido das transferências de capital e das amortizações do imobilizado corpóreo, passando a representar o valor do património inicial da instituição, quando esta adoptou a contabilidade patrimonial (sendo que uma parte relevante do valor desse património foi apurada mediante avaliações efectuadas por entidades independentes);
- b) Reconhecimento das transferências de capital do OGE como subsídios de investimento, dado que os mesmos cumprem com a definição de "subsídios" do PGC e financiam imobilizados amortizáveis,

cujo custo passou também a ser reconhecido na demonstração dos resultados, aumentando o nível e detalhe de informação proporcionado aos leitores das demonstrações financeiras;

- c) Reconhecimento das contas a receber e a pagar, relacionadas com responsabilidades legais ou construtivas de ou sobre terceiros e, também, necessárias ao cumprimento do princípio contabilístico da especialização.

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas em moeda Nacional - o KWANZA (AKZ). As Notas constantes nas Demonstrações Financeiras foram numeradas de acordo com o PGC e no caso da sua não aplicabilidade as mesmas foram omitidas.

2.2 Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada foi a do custo histórico, excepto no que respeita ao imobilizado (ver nota 2.2.1 alínea a)).

Todos os activos e passivos monetários registados em moeda externa, cujo câmbio não esteja previamente fixado, foram actualizados à taxa de câmbio de fecho. Não existem saldos indexados a moeda externa, sendo portanto todos os saldos denominados em Kwanzas.

No momento de reconhecimento inicial, as transacções em moeda estrangeira são valorizadas na moeda de relato determinada pela aplicação, à quantia de moeda estrangeira, da taxa de câmbio entre moeda estrangeira e a moeda de relato à data da transacção.

2.2.1 Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

Os critérios de reconhecimento e as bases de valorimetrias específicas utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações Corpóreas compreendem as rubricas de Equipamento Administrativo, Equipamento Informático, Mobiliário Social, Mobiliário Diverso e Outras Imobilizações Corpóreas.

Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição, adicionado das respectivas despesas de transporte e das despesas alfandegárias, quando aplicável.

Na sequência da adopção da contabilidade patrimonial a CMC promoveu a realização de uma inventariação geral do imobilizado, tendo contratado uma entidade independente para o efeito. Para aqueles activos relativamente aos quais não estava disponível informação sobre o custo de aquisição os valores considerados consistiram numa avaliação efectuada pela referida entidade independente.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Equipamento administrativo: 6 a 10 Anos;
- Equipamento Informático: 6 Anos;
- Mobiliário Social: 10 Anos;
- Mobiliário diverso: 10 Anos;
- Outras imobilizações corpóreas: 6 Anos.

b) Contas a receber

Sendo a totalidade da receita proveniente do OGE, os valores a receber relativos a despesas cabimentadas e liquidadas mas não pagas até ao encerramento do exercício, são reconhecidas com outros valores a receber ("restos a pagar").

As contas a receber encontram-se valorizadas ao valor de realização.

c) Contas a pagar

O valor desta rubrica está relacionado com operações normais decorrentes da actividade da Instituição, nomeadamente fornecedores, Estado e outros credores.

d) Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de outros activos ou passivos correntes, consoante aplicável.

e) Subsidios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsidios atribuídos à Instituição, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas (dotações orçamentais referentes a despesas de capital), são registados como proveitos a repartir por períodos futuros, na rubrica de outros passivos correntes e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

f) Provisões para outros riscos e encargos

São constituídas provisões sempre que a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de acontecimentos passados referente a perdas previsíveis associadas a riscos de natureza específica e provável (contingências). A valorização é efectuada pela melhor estimativa da quantia que será necessária para liquidar a obrigação.

g) Erros fundamentais

Os efeitos em capitais próprios decorrentes de erros relativos a exercícios anteriores, considerados fundamentais, são registrados por contrapartida de resultados transitados.

h) Impostos sobre os lucros

A Instituição não está sujeita a imposto industrial, sendo que a totalidade da sua receita provém do OGE.

NOTAS AO BALANÇO

4. IMOBILIZADO CORPÓREO

4.1. Composição

O Imobilizado Corpóreo, à data de 31 de Dezembro de 2010, encontrava-se distribuído da seguinte forma:

RUBRICAS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LIQUIDO
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-
Equipamento Administrativo	14.729.424,40	5.403.301,82	9.326.122,58
Equipamento Informático	47.417.556,55	24.976.888,90	22.440.667,65
Mobiliário Diverso	15.993.503,32	6.514.528,12	9.478.975,20
Mobiliário Social	6.624.886,14	2.627.250,93	3.997.635,21
Outras Imobilizações	526.592,00	191.879,67	334.712,33
	85.291.962,41	39.713.849,44	45.578.112,97

4.3. Movimentos Ocorridos Durante o Exercício no Valor Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES	AUMENTOS	REGULARIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e Rec. Naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	14.729.424,27	-	-	0,13	-	14.729.424,40
Equipamento Informático	45.218.151,00	-	2.640.410,00	-0,03	-441.004,42	47.417.556,55
Mobiliário Diverso	15.993.503,00	-	-	0,32	-	15.993.503,32
Mobiliário Social	7.256.906,00	-	763.150,00	0,14	-1.395.170,00	6.624.886,14
Outras Imobilizações	526.592,00	-	-	-	-	526.592,00
	83.724.576,27	-	3.403.560,00	0,56	-1.836.174,42	85.291.962,41

4.4. Movimentos Ocorridos no Exercício nas Amortizações Acumuladas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÕES	REGULARIZAÇÕES (A)	TRANSFERENCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	3.661.974,94	1.764.033,90	-	(22.707)	-	5.403.301,82
Equipamento Informático	19.103.511,80	7.502.229,36	-	(1.585.994)	42.858,28	24.976.888,90
Mobiliário Social	2.155.355,63	1.539.745,78	-	3.237.977,71	418.551,00	6.514.528,12
Mobiliário Diverso	5.155.931,11	662.348,42	-	(3.191.029)	-	2.627.250,93
Outras Imobilizações	142.507,20	52.659,20	-	(3.287)	-	191.879,67
	30.219.280,68	11.521.016,66	-	(1.565.039)	461.409,28	39.713.849,44

(A) As regularizações constantes do quadro acima referem-se, fundamentalmente, à correcção de erros verificados nas amortizações em exercícios anteriores.

9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

9.1. Composição

RUBRICAS	CORRENTE	NÃO CORRENTE		
		Vencível até 5 Anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
Valor Bruto:				
Estado / Outros valores a receber (ver também nota 2.21 b.)	94.127.392	-	-	-
	94.127.392	-	-	-

12. CAPITAL

12.1. Composição e movimento no período

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Capitais decompõem-se da seguinte forma:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REGULARIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Fundo Patrimonial	53.505.295,59	(4.686.672)	-	48.818.623,35
	53.505.295,59	(4.686.672)	-	48.818.623,35

As regularizações efectuadas advêm do facto descrito na nota 2.1, tendo o fundo patrimonial passado a representar, de facto, o valor do património inicial da instituição, o qual incluiu os bens afectos ao anterior Núcleo do Mercado de Capitais extinto pelo Despacho 22/05, de 30-12-2005.

O valor do património inicial da instituição foi apurado mediante inventariação e valorização com referência a 31 de Dezembro de 2006, sendo que uma parte relevante do valor desse património foi apurada mediante avaliações efectuadas por entidade independente, atendendo à indisponibilidade de dados sobre os respectivos custos históricos.

14. RESULTADOS TRANSITADOS

14.1. Composição

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Saldo Inicial:	-	-	-	-
Movimentos no Período:	-	-	-	-
Transferência dos Resultados do exercício Anterior	-	-	-	-
Aplicação de Resultados	-	-	-	-
Erros Fundamentais	-	-	-	-
Alterações de Políticas Contabilísticas	-	-	(22.222.346)	(22.222.346)
Outros Movimentos	-	-	-	-
			(22.222.346)	(22.222.346)

Em exercícios anteriores a CMC registou resultados líquidos nulos em virtude das opções de reconhecimento e mensuração adoptadas, as quais estavam fundamentalmente subordinadas à contabilidade orçamental (base de caixa). As regularizações acima evidenciadas correspondem, fundamentalmente, ao reconhecimento como passivo do valor dos subsídios ao investimento transitados de exercícios anteriores e ao referido nos pontos 12.1 e 4.4, acima.

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

18.1. Movimentos Ocorridos Durante o Exercício Nestas Provisões

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para outros riscos e encargos	-	874.501	-	874.501
	-	874.501	-	874.501

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR

19.1. Composição

RUBRICAS	CORRENTE	NÃO CORRENTE		
		Vencível a 5 Anos	Vencível a mais de 5 Anos	Total
Fornecedores - Correntes	82.526.863	-	-	-
Estado	500.529	-	-	-
Participantes e Participadas	-	-	-	-
Pessoal	11.100.000	-	-	-
Outros Credores	-	-	-	-
	94.127.392	-	-	-

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

21.1. Composição

RUBRICAS	2010
Encargos a pagar	7.937.884
Proveitos a repartir por períodos futuros	-
Subsídios ao Investimento	26.279.125
	34.217.009

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

24.1. Composição

RUBRICAS	2010	2009
Serviços Suplementares	-	-
Royalties	-	-
Subsídios à Exploração (a)	623.607.116	603.932.498
Subsídios a Investimentos (b)	5.598.492	-
Out. Prov. e Ganhos Operacionais	-	-
	629.205.608	603.932.498

- (a) Corresponde às receitas correntes recebidas ou a receber do OGE. As receitas apresentadas foram devidamente especializadas de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo, pelo que diferem da receita apresentada em termos de execução orçamental;

- (b) Corresponde à especialização contabilística das receitas de capital provenientes do OGE, cujo proveito passou em 2010 a ser reconhecido de acordo com a política descrita no ponto 2.2.1 e).

28. CUSTOS COM O PESSOAL

RUBRICAS	2010	2009
Custos com Pessoal		
Remunerações	280.424.042	283.450.944
Encargos s/ Remunerações	13.670.139	16.422.328
Outras Despesas com Pessoal	403.200	389.500
	294.497.381	300.262.772

29. AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	2010
Imobilizações Corpóreas (nota 4)	11.521.017
	11.521.017

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

RUBRICAS	2010	2009
Fornecimentos e Serviços de Terceiros:		
Combustíveis	254.800	124.000
Mater de Consumo Corrente Especializado	2.233.104	2.466.918
Outros fornecimentos	64.955.661	60.941.872
Comunicação	13.641.684	11.693.039
Seguros	742.143	-
Deslocações e estadas	13.974.976	20.341.542
Conservação e reparação	10.215.396	11.234.258
Limpeza, higiene e conforto	303.479	72.680
Assistência Técnica	4.609.600	-
Trabalhos executados no exterior	2.970.000	-
Outros serviços	215.208.892	196.795.418
Impostos		
Outros custos e perdas operacionais	-	-
	329.109.736	303.669.726

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

RUBRICAS	2010	2009
Proveitos e Ganhos Não Operacionais	-	-
Custos e Perdas Não Operacionais	2.249.266	-
Provisões	-	-
Existências	-	-
Cobranças Duvidosas	-	-
Outros Riscos e Encargos	874.501	-
Amortizações Extraordinárias	-	-
Perdas em Imobilizações	1.374.765	-
Perdas em Existências	-	-
Dividas Incobráveis	-	-
Multas e Penalidades Contratuais	-	-
Descontinuidade de Operações	-	-
Alterações de Política Contabilísticas	-	-
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
Outros Custos e Perdas Não Operacionais	-	-
	(2.249.266)	-

OUTRAS NOTAS RELACIONADAS COM A POSIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

37. CONTINGÊNCIAS

A 31 de Dezembro de 2010, são identificadas algumas contingências conforme seguidamente se descreve:

- (a) Em exercícios anteriores a CMC solicitou e/ou contratou determinados serviços, não relacionados com as atribuições da Instituição e que, em respeito pelas regras de enquadramento orçamental vigentes, não podem agora ser liquidados com o orçamento corrente da Instituição tendo sido encaminhados para os Serviços de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças (43 253.083 AKZ);
- (b) Em exercícios anteriores a CMC solicitou e/ou contratou determinados serviços, cujo valor global ascenderia a cerca de 1 milhão de euros. Esses serviços nunca terão sido prestados subsistindo dúvidas quanto à efectiva responsabilidade da CMC para com o referido fornecedor.

40. TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

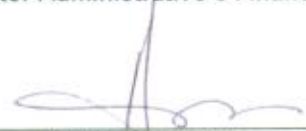
No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 a CMC suportou determinadas despesas relacionadas com a Bolsa de Valores e Derivados de Angola, conforme resumido no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2010
Custos com Pessoal	28.591.933
Custos com Fornecimentos e Serviços	136.022.278
	164.614.211

42. OUTRAS INFORMAÇÕES – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	ORÇAMENTO	EXECUTADO	DESVIO VALOR	DESVIO %
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal				
Vencimentos do Pessoal	238.387.714	232.475.863	5.911.851	2,50%
Subsídios do Pessoal	28.217.706	28.038.022	179.684	0,60%
Décimo Terceiro Mês	20.792.113	19.910.157	881.956	4,20%
Contribuições para a S. Social	26.533.589	13.670.139	12.863.450	48,50%
Abono de Família	403.200	403.200	0	0,00%
Subtotal	314.334.322	294.497.381	19.836.941	6,30%
Bens e serviços				
Combustíveis e Lubrificantes	1.785.333	254.800	1.530.533	85,70%
Viveres Géneros Alimentícios	5.277.651	565.540	4.712.111	89,30%
Materiais Consumo Corrente Especializado	2.495.393	2.233.104	262.289	10,50%
Outros Materiais de Consumo Corrente	249.539	158.097	91.442	36,60%
Materiais e Utensílios Duradouros de Especialidade	1.238.688	0	1.238.688	100,00%
Outros Materiais e Utensílios Duradouros	123.869	0	123.869	100,00%
Serviços Comunicação	18.976.861	14.615.580	4.361.281	23,00%
Serviços de Saúde	11.590.706	11.509.260	81.446	0,70%
Serviços Ensino	52.198.500	13.388.963	38.809.537	74,30%
Serviços de Energia Água	2.065.500	0	2.065.500	100,00%
Serviços de Limpeza e Saneamento	4.736.880	303.479	4.433.401	93,60%
Serviços Manutenção e Conservação	11.262.952	10.215.396	1.047.556	9,30%
Seguros	8.510.625	742.143	7.768.482	91,30%
Bilhetes de Passagens	34.530.309	3.665.229	30.865.080	89,40%
Subsídio de Deslocação	31.540.476	10.309.747	21.230.729	67,30%
Serviços de Transportação de Pessoas e Bens	5.330.138	1.158.572	4.171.566	78,30%
Outros Serviços	309.568.490	260.377.996	49.190.494	15,90%
Subtotal	501.481.910	329.497.906	171.984.004	34,30%
Total de Despesas Correntes	815.816.232	623.995.287	191.820.945	23,50%
DESPESAS DE CAPITAL				
Equipamentos de Processamento de dados	7.165.467	2.640.410	4.525.057	63,20%
Outros bens de Capital Fixo	7.154.303	763.150	6.391.153	89,30%
Total de Despesas de Capital	14.319.770	3.403.560	10.916.210	76,20%

O Director Administrativo e Financeiro


(Helder Cristelo)

Comissão de Reestruturação e Gestão
da Comissão do Mercado de Capitais


p/ (Mário Gavião – Coordenador Adjunto)